

# A DEMOCRATA

ENTREVISTA

## TERESA MORAIS

**"NAS CAMPANHAS  
APRENDE-SE MUITO SOBRE  
OS TERRITÓRIOS, VAI-SE  
A TODO O LADO, FALA-SE  
COM MUITA GENTE"**

Pág. 12

CÂMARA ALTA

**O nosso único destino  
é a Moderação**

por Ângelo Pereira

Pág. 6

SÃO CAETANO ÀS LAPAS

**"Crónicas de uma vitória  
muito desejada"**

por Pedro Esteves

Pág. 8

ENSAIAR O FUTURO

**"O obstáculo digital"**

por Ema Coutinho

Pág. 24



## EDITORIAL

# Agora a Mudança!

A Aliança Democrática ganhou as legislativas de dia 10 de Março de 2024. Os portugueses confiaram em Luís Montenegro para liderar o país e executar o programa de governo.

Agora é hora da mudança efetiva de paradigma, da transformação de Portugal num país onde se crie e concretize espaço para que os sonhos das múltiplas gerações se tornem realidade.

O PSD e os seus deputados sempre foram pessoas inconformadas com as múltiplas dificuldades dos cidadãos portugueses e lutadoras pela melhoria constante das condições de vida dos compatriotas.

É por isso que os cidadãos votaram em Luís Montenegro, porque sabem que é o líder para este tempo, que, trazendo consigo a história de um partido transformador, tem as melhores ideias para potenciar o país.

Veremos nos próximos meses como as dificuldades podem ser transformadas em soluções capazes de criar uma dinâmica forte que vai levar Portugal e os Portugueses a um novo patamar de vida social. Com mais oportunidades, mais felicidade e um desígnio nacional renovado.

É hora de mudar Portugal!

É hora do PSD fazer o que faz melhor: fazer avançar Portugal.



**LUÍS NUNES DOS SANTOS**  
DIRETOR

## FICHA TÉCNICA

**Proprietário:** PSD | Partido Social Democrata NIF: 500835012  
**Registo na ERC:** n.º127932  
**Editor:** JSD | Juventude Social Democrata NIF: 500835012  
Rua Ricardo Espírito Santo 1, R/C Dto., 1200-790 Lisboa – jsd@jsd.pt – www.jsd.pt  
**Director:** Luís Nunes dos Santos  
**Redação:** Rua Ricardo Espírito Santo 1, R/C Dto., 1200-790 Lisboa  
**Impressão:** GRAFISOL – Artes Gráficas – Rua das Maçarocas  
Abrunheira Business Center n.º 03 – Abrunheira – 2710-056 Sintra  
**Periodicidade:** Mensal  
**Tiragem:** 50

Todos os direitos reservados. Interditada a reprodução, mesmo que parcial de textos, fotografias ou ilustrações sob quaisquer meios e para quaisquer fins, designadamente comerciais.

## A DEMOCRATA

# ÍNDICE

MOULES AVEC FRITES  
Pág. 4

BIFES À SÃO BENTO  
Pág. 5

CÂMARA ALTA  
Pág. 6

SÃO CAETANO ÀS LAPAS  
Pág. 8

DO PONTAL ATÉ À LAPA: CRÍTICA CULTURAL  
Pág. 10

DIGA LÁ SUA EXCELÊNCIA  
Pág. 12

LARANJA MECÂNICA  
Pág. 18

JSD LOOK & FEED  
Pág. 22

AGENDA  
Pág. 23

ENSAIAR O FUTURO  
Pág. 24

RETRATO DE UM PROUST ENQUANTO JOVEM  
Pág. 28

FAZER A DIFERENÇA  
Pág. 29

LOJA JOTA  
Pág. 30

## SOBE E DESCE



**LUÍS MONTENEGRO**

**ANDRÉ VENTURA**

## FICOU PARA A HISTÓRIA

**“O futuro não é um presente, é uma conquista!  
Cada geração ajuda a fazer o seu próprio futuro,  
é este o desafio essencial do presente”**

**Robert F. Kennedy**  
Ex-procurador-geral dos Estados Unidos



**Alexandre Poço**  
Presidente da JSD

## AGORA É HORA DE FAZER PORTUGAL MUDAR!!

As últimas eleições significaram uma vontade clara dos portugueses em mudar de políticas e de governo. A AD venceu e o PSD e Luís Montenegro terão agora a chance de governar ao fim de quase 9 anos de governos socialistas. Não foi fácil o caminho até aqui desde 2015, mas esta é uma grande oportunidade para o Partido Social Democrata. Temos de conseguir aproveitar, reformando o país e melhorando a situação de vida de cada português, dando futuro em Portugal às novas gerações.

O novo quadro é desafiante e complexo, mas foram estas as condições que saíram das eleições. Ao Governo caberá ter iniciativa, proatividade e vontade de resolver problemas. Às forças de oposição, à esquerda e à direita, caberá ter responsabilidade e sentido de compromisso, sem que isso implique perda de identidade ou adesão ao programa do Governo. A todos, exige-se sentido de responsabilidade e a noção de que o país está primeiro que o jogo partidário. A bem do país e de todos.

Última nota para destacar que mais uma vez ficou clara a adesão dos jovens às nossas ideias, com a vitória clara da AD entre os jovens dos 18 aos 34 anos, com o PS a afundar-se em 3º lugar entre os eleitores jovens.



# MOULES AVEC FRITES

Regina Bastos



# BIFES À SAO BENTO

Gonçalo Valente



## CICLOS – EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA

Na política como na vida há ciclos de crescimento e expansão e ciclos de contenção e abrandamento.

Em todas essas etapas está presente a necessidade de dar respostas às pessoas e integrá-las dando-lhes segurança, direitos, progresso e bem-estar para que as suas vidas sejam dignas e felizes.

O mês de Março de 2024 trouxe uma sucessão de acontecimentos que marca o início de uma mudança para Portugal. A vitória da Aliança Democrática nas legislativas de 10 de março transforma o panorama parlamentar, traz o regresso de Governo de maioria relativa, mas reafirma claramente que a esmagadora maioria dos eleitores apoia a opção europeia e todas as suas implicações. No País e junto dos nossos parceiros da União Europeia, não devemos deixar dúvidas quanto às opções que temos vindo a fazer, quer seja a adesão à moeda única ou o apoio que temos dado à Ucrânia contra a guerra ilegítima da Rússia.

Neste 25 de Março, da comemoração dos 67 anos da Declaração de Roma, os valores da paz e da liberdade, da democracia, dos direitos humanos e do Estado de Direito são recordados, mas são sobretudo defendidos com exemplar bravura e enorme sacrifício pelo povo ucraniano. Por isso estaremos lá, convictos, para acolher o Povo Ucraniano e a Ucrânia na União Europeia.

Os quatro anos do ciclo da Mudança, com Luís Montenegro como Primeiro-Ministro, vão andar a par com um novo mandato nas instituições europeias.

As eleições para o Parlamento Europeu estão praticamente a realizar-se. Nos dias 6 e 9 de Junho nos 27 Estados-membros. Em Portugal no dia 9 de Junho, véspera de feriado do Dia de Camões e das Comunidades Portuguesas a convidar a fazer uns dias de férias para festejar também o feriado de Santo António, padroeiro de Lisboa, e de outros municípios.

Importa dizer que o voto é importante e faz justiça à percepção

que a maioria da opinião pública tem que a nossa adesão à UE tem trazido desenvolvimento económico, apoio à criação de riqueza e de afirmação no panorama global, económico e estratégico. Os desafios da defesa e segurança, da solidariedade e apoio à Ucrânia, da competitividade no campo da inovação, das migrações, da igualdade de oportunidades entre Mulheres e Homens, das alterações climáticas, entre outros, são desafios motivadores da mobilização para o exercício do direito e dever de votar.

Lamentavelmente a participação nas eleições europeias tem tido uma fraca adesão. A verdade é que essa adesão diminuiu em todas as eleições realizadas entre 1979, quando os cidadãos dos 9 Estados-membros da Comunidade Europeia, de então, votaram pela primeira vez (os portugueses só votaram a partir de 1987 após a entrada de Portugal em 1986) e 2014 quando a percentagem de participação foi a menor (42,6%).

Contudo, nas últimas eleições em 2019 inverteu-se esta tendência e registou-se a maior taxa de participação e mais de metade dos eleitores votou.

Esperemos que em 2024 acontecimentos recentes do trajecto comum europeu como o Brexit, a crise migratória, a pandemia CoVid19 que despertaram os cidadãos para o impacto da União Europeia no dia-a-dia desperte uma vez mais para os benefícios da pertença ao projecto europeu.

Como europeísta sem hesitações, ambiciono que as forças da transformação e mudança devam continuar nas eleições europeias do próximo dia 09 de Junho, e que a vontade política de prosseguir o espírito da Aliança Democrática tão bem acolhido na ambição dos desafios definidos pelo Partido Popular Europeu, que nos acolhe com entusiástica reciprocidade, seja um novo capítulo no aprofundamento do projecto europeu. Pelos Cidadãos Europeus. Pela Europa.

## A VITÓRIA DA ESPERANÇA

No passado dia 10 de Março os portugueses foram chamados às urnas para decidirem o futuro de Portugal e tal resultou, globalmente, numa mudança bem evidente no xadrez político nacional. A AD ganhou em número de votos e de mandatos, logo, e independentemente da dimensão da vitória, há uma leitura que temos de fazer: o País quis mudar de governo, de políticas e de orientação estratégica para Portugal, com Luís Montenegro a liderar um projeto de convergência, de diálogo e de esperança. Uma vitória é sempre uma vitória e a dimensão que lhe quisermos dar ficará ao critério e de acordo com a interpretação de cada um. Para mim, nove anos depois de socialismo muito implantado em termos de instituições, autarquias e serviços, com a exponencial subida e consequente afirmação de um partido que disputa parte do seu eleitorado com o PSD é, quanto a mim, uma vitória importante e promissora para os jovens que querem ficar em Portugal, para quem quer adquirir uma habitação, para os que querem ter acesso a cuidados de saúde, para aqueles que querem ver a sua carreira valorizada ou para quem quer viver do e no meio rural. Falando em meio rural, nunca a questão da coesão territorial foi tão relevante como agora. Se, por um lado, temos os grandes centros urbanos a implodir, por outro temos o interior a atravessar um inverno demográfico, a agudizar-se cada vez mais e a manifestar-se nas novas gerações de forma mais evidente.

É necessário, por isso, uma nova estratégia para fazer face a esta realidade. Se quisermos um País pujante, a crescer economicamente e gerador de oportunidades, é fundamental mitigar as assimetrias entre regiões. Nenhum País do mundo consegue crescer descriminando ou desprezando regiões em detrimento de outras, no que respeita ao investimento público e a políticas de desenvolvimento. Hoje em dia a distância já não se mede em quilómetros, mede-se em tempo, daí ser decisivo para o futuro, não só de Portu-

gal como do interior, uma rede nacional de acessibilidades rodoviárias e ferroviárias modernizadas que permitam reduzir as distâncias relativamente à metrópole, sem esquecer a potencialidade de infraestruturas já existentes.

Esta visão promove o empreendedorismo, os investimentos privados, novas oportunidades de negócio, a fixação de pessoas, a atratividade do território, e tudo isto torna-se, assim, em conjunto, um verdadeiro propulsor de riqueza gerando naturalmente um País forte, mobilizador de bem-estar e grande, como a nossa história.

Existe, quanto a mim, uma medida estrutural para dar corpo a esta intenção, que assenta na revisão do sistema eleitoral, já que atendendo ao que este define atualmente, o número de deputados é apurado em função do número de eleitores segundo a última atualização do recenseamento, o que significa que se os territórios do interior continuarem a perder população, perderão também deputados, e inerente a este facto estarão a perder peso político, resultando tal numa ainda maior redução de importância do interior para o poder central. Assim, criar uma equação em que entre a densidade territorial, a densidade populacional e um número mínimo de deputados garantido é, quanto a mim, fundamental, decisivo e um desafio que deve ser por nós assumido com toda a coragem.

Na Assembleia da República será essa uma das minhas maiores motivações: ser um agente de desenvolvimento, de defesa e de proteção do meio rural, conjuntamente com todos aqueles que entenderem a importância deste desígnio.

Einstein disse, uma vez:

“Há uma força motriz mais poderosa que o vapor, a eletricidade e a energia atômica: é a vontade”.



CÂMARA ALTA

# O NOSSO ÚNICO DESTINO É A MODERAÇÃO

Ângelo Pereira

## Penso que devemos aplicar à vida política os mesmos princípios com que guiamos as nossas vidas.

Vivemos tempos desafiantes no país. Tempos incertos a nível internacional.

Sentimos hoje problemas cuja dimensão testa os limites da nossa própria democracia.

Assistimos a uma tendência de tribalização das sociedades com reflexos na crescente polarização da vida política. E isto traduz-se num sectarismo cada vez maior no discurso político. E, conseqüentemente, a uma maior erosão das democracias ocidentais, cada vez mais à mercê dos populismos vários, tanto à esquerda como à nossa direita. Até mesmo as nossas instituições mais importantes estão sujeitas a este desgaste, a este ruído permanente, a esta demolição da sua credibilidade. Isto tem várias causas, cuja complexidade não cabe analisar em rápidos artigos ou comentários nas redes.

Mas o problema do desgaste das democracias tem de ser reconhecido.

Facilmente se aponta o dedo à Política. Mas atualmente não é só a Política que corre o risco de se desprestigiar. É também a Fé, a Informação, a Economia dos Mercados e até mesmo a Justiça. Então, o que fazer?

O que podemos nós então fazer para defender o único regime (a Democracia) que faz prosperar a vida das pessoas em liberdade e que faz respeitar as minorias pelas maiorias e que permite às sociedades uma mudança pactuada e pacífica?

Penso que devemos aplicar à vida política os mesmos princípios com que guiamos as nossas vidas.

Cabe-nos enfrentar com inteligência, mas também com humildade, com sensatez, mas também com abertura, as situações concretas que se nos apresentam.

Saber resistir ao ruído. Porque quando temos razão a persistência compensa. Isto porque quando cedermos à tentação de substituir as ideias por ataques de carácter, ou substituímos propostas pela fulanização do debate político, acabaremos também por nos perder nesse caminho.

Nascemos como um partido genuinamente humanista e existencialmente moderado.

Seria por isso um erro fatal querermos mudar a nossa natureza em função dos diferentes desafios dos ciclos políticos.

O PSD é um partido de poder, vocacionado para o seu exercício. E isto é incompatível com a queda do PSD na ilusão fácil, mas enganadora, dos populismos.

O que o PSD precisa é de alargar a sua base ao centro. O centro político e moderado que constitui a espinha dorsal de qualquer democracia.

Não nos podemos deixar cair na tentação da polarização extremada, nem nos podemos deixar iludir com as caixas de ressonância dos discursos sempre inflamados, mas muito enganadores.

Os discursos mais radicais até podem ser aqueles que fazem mais eco. Mas não podemos confundir um eco com um som original e verdadeiro.

Isso é um erro fatal em política.

Nós já ocupamos naturalmente – e sem quaisquer dúvidas – o lugar que os portugueses sempre nos destinaram: o de congregadores e fusíveis do centro e da direita democrática. Com efeito o que temos de continuar a explicar, pacientemente, mas com muita persistência e insistência, e agora a partir do centro da governação:

Defendemos Portugal servindo as suas pessoas.

Na Política, como na Vida, é preciso fazer escolhas.

Por isso o nosso único caminho é oferecer aos portugueses um projeto político coerente e ambicioso, afirmativo e clarificador, capaz de mobilizar aquilo que cada um tem de melhor.

Este é o nosso principal desafio:

Congregar todos aqueles que rejeitam o derrotismo e o conformismo de uns, e a exaltação e o ressentimento de outros energias, mobilizando as pessoas pela positiva, chamando-as à participação, recuperando assim para a sociedade a crença coletiva na gestão da coisa pública.

As democracias constroem-se todos os dias. Entre vizinhos. Entre colegas. Entre eleitos.

Só assim podemos dar um propósito às comunidades.

É por isso que o nosso destino só pode ser o da MODERAÇÃO.

Moderados, mas com dinamismo. Moderados, mas entusiasmados, inseridos e interventivos no tecido social, abertos à sociedade. Moderados, mas ousados, enquanto portadores de novas oportunidades de participação e livre expressão de ideias na elaboração das políticas, estratégias e opções que a todos dizem respeito.

Mas também cientes de que somos portadores de um legado histórico único.

Um legado que assente nesta força incrível que advém dos nossos militantes enquanto base essencial da qual emana toda a nossa legitimidade partidária, e que constitui a nossa casa comum.

É este o nosso papel.

É este o nosso destino.

Uma força de MODERAÇÃO e boa governação.



# SÃO CAETANO ÀS LAPAS

## CRÓNICAS DE UMA VITÓRIA MUITO DESEJADA

**Pedro Esteves**

Todas as vitórias têm uma aura de mistério, de convicção e, sobretudo, de grande dedicação! No final do último verão, que, para muitos jovens foram de despedida, os dias começaram a arrefecer ao mesmo ritmo que escasseavam as oportunidades de uma vida melhor em Portugal. O sentido de pertença a este lugar desvanecia-se perante os desafios de carreira e crescimento que outras economias ofereciam ao talento dos nossos jovens. O apelo para partir era mais forte do que as razões para ficar!

O inverno político nacional já era longo, numa governação socialista de 8 anos marcada pela emigração, pelo aumento do custo de vida e pela destruição dos serviços públicos. Portugal era a imagem de um país arrastado e cansado debaixo de um governo sob a liderança socialista não foi capaz de resistir a mais um caso. António Costa foi forçado a demitir-se no início de novembro. Como tantas vezes acontece na vida, e especialmente na política, as circunstâncias mudam repentinamente e colocam-nos perante novas oportunidades.

Apesar dos dias difíceis que Portugal vivia, o PSD, e em particular Luís Montenegro, estavam conscientes do desafio. Nos meses anteriores, percorremos os 308 concelhos, os 18 distritos, incluindo as regiões autónomas. No “Sentir Portugal” ouvimos Portugal nos diferentes sotaques, as suas preocupações, partilhando alegrias e tristezas a diferentes altitudes, conversando, dando e recebendo alento, conhecendo o Portugal real, das pessoas marcadas pela vida e que já não esperam muito do Estado, mas que ainda acreditam muito em Portugal. Estávamos galvanizados, conscientes e determinados a dar mais e melhor.

A campanha foi assim planeada em duas fases distintas. Na primeira, concentramo-nos nos problemas mais prementes enfrentados pelos portugueses: um sistema de saúde debilitado, uma educação em crise e a necessidade urgente de aliviar o peso fiscal sobre as famílias. A coligação da Aliança Democrática optou por um discurso focado no essencial: as pessoas; deixando de lado as polémicas mediáticas para se concentrar nas questões reais que afligem a população.

Na segunda fase da campanha, o objetivo foi humanizar a liderança política, apresentando Luís Montenegro não apenas como um líder, mas como um pai de família comum, sujeito aos mesmos sucessos e infortúnios de qualquer cidadão português. Foi uma campanha pela positiva, marcada pela integridade, que se recusou a ceder a populismos e radicalismos, honrando os valores democráticos que definiram a nossa história.

Foi uma campanha positiva, limpa, sem casos e pequenas polémicas e sem beliscar a dignidade política ou o respeito democrático. Com propostas sólidas e claras e protagonistas independentes, atraindo os melhores quadros do País para a causa pública. Pautámos a campanha pela elevação no debate político, que deve ser baseado em ideias, diálogo e contraditório, tendo como inimigos apenas o populismo, o radicalismo e quaisquer ameaças à liberdade e à democracia num ano em que se celebra o cinquentenário da revolução de abril, e no qual o PSD também honra o seu papel na história.

Ao encarar esta oportunidade eleitoral única, o PSD e a AD sabiam que não podiam falhar. Mantivemos sempre presente o legado e o pensamento de Francisco Sá Carneiro, para quem o interesse de Portugal está acima de qualquer interesse partidário. A vitória não foi apenas uma conquista para o partido, mas uma promessa de renovação e esperança para as gerações futuras.

Por estes dias, a primavera volta a florescer e em breve o sol voltará a brilhar. Este verão, desejo que não seja uma festa de despedida para muitos jovens portugueses, mas antes uma celebração da esperança. Um renovar da esperança geracional para os mais jovens, com uma taxa de IRS que permita aos portugueses terem mais dinheiro no seu bolso, melhor acesso a habitação, mais apoios à natalidade, melhor educação, com professores a tempo e horas e mais e melhores empregos. Portugal irá cumprir-se e para isso precisamos de ti. A vitória da AD é, acima de tudo, uma vitória para o futuro das novas gerações!



## “Cenas que Acontecem”, uma peça de Jade-Rose Parker

por Filipe Corrêa Figueiredo



*Como, infelizmente, não acontece com a larga maioria dos Jovens portugueses, pude, no início de 2024 ir ao teatro.*

Cenas que Acontecem afigura-se como uma tentativa, bem, encapotada de propalação ideológica e, não tendo particular aversão a ideologias, tenho alguma aversão a desonestidade intelectual, a falta de transparência e a que me “enfiem pela goela abaixo” temas para os quais não pedi, e muito menos paguei, para ser endoutrinado.

Acréscimo ainda o facto de me apresentarem uma peça absolutamente monotemática, cujo tema, pasme-se, não é anunciado. O tema da peça, para quem ainda não percebeu pelo título ou por qualquer uma das sinopses, é a ideologia de género.

A peça, começando ligeira, torna-se uma apologia definitiva de uma transição de género em que a comédia, cerne putativo da peça, apenas se “consegue” por via de argumentações boçais e ordinárias contra a transição de género (perpetradas pela própria família da personagem principal e contra as quais esta se defende eloquentemente) ou por via de histerismo (recurso dos dramaturgos que não conseguem alcançar a graça por via do discurso ou da inteligência).

Tenho algumas reticências sobre as teses que os proponentes de transições de género defendem. Não prestam um bom serviço a quem vive num contexto já de si angustiante, desfasados da sua realidade corporal e sem mecanismos e apoio para a aceitarem.

As soluções que, cada vez mais, são impostas por estes grupos, numa idade cada vez mais tenra, levam a resultados bastante danosos para os indivíduos que procuram proteger e são caracterizados por incongruências grotescas:

- Se o género é uma mera construção social, como se pode viver “preso” dentro de um corpo errado?
- Como se pode defender que o nosso verdadeiro ser é completamente separado da nossa realidade corporal e ainda assim defender-se que é necessária uma mudança de realidade corporal radical (e prejudicial à nossa saúde para que se possa incarnar o nosso verdadeiro ser)?

- Como se pode promover um individualismo radical em que a pessoa é livre para fazer o que quiser ou definir a verdade como lhe aprouver, mas, ao mesmo tempo, tentar impor a terceiros a aceitação da sua visão do mundo de forma absolutamente paternalista?

- Porque é que os sentimentos determinam a realidade apenas nesta questão em particular, quando em mais nenhuma situação estes são chamados a dar o seu parecer?

De qualquer das formas, não tenho nada contra quem propala as suas ideias, tenho, isso sim, contra a falta de transparência. Se querem partilhar um certame sobre as v/ideias relativamente às pessoas transgénero, digam ao que vêm e até é um tema que acho interessante e com o qual convivo bem com opiniões alheias, porém, garanto que não seria para esse certame que levaria a minha mulher e duas amigas quando lhes apresentei uma boa comédia de final de semana!

Tal como o protagonista da peça que se decidiu pela omissão durante décadas de convivência familiar, os promotores desta peça não tiveram a coragem de dizer ao que vinham, a honestidade para defesa, pública, das suas ideias e do que querem propalar, a crueza de não optar por subterfúgios para atrair o público até ao seu antro e terem, forçados pelas regras de etiqueta e boa educação, de ser obrigados a ficar a ouvir uma encarnizada dissertação de propaganda ideológica sem qualquer contraditório.

Imaginem o que seria entrarem num Comício do PSD achando que se tratava de uma peça sobre a atualidade política Portuguesa... seria quase como considerar a Festa do Avante um evento cultural para efeitos de IVA!

PS: No dia em que assisti à peça, a totalidade da bilheteira reverteu a favor da Casa do Artista. Pequeno consolo numa grande desilusão...

# DO PONTAL ATÉ À LAPA CRÍTICA CULTURAL



### Casa do Artista

Uma ideia cuja origem esteve em Raul Solnado e nas suas viagens pelo Brasil, constituiu-se em 1986 e materializa-se apenas em 1999, para que se entrasse no terceiro milénio com a obra feita. É uma IPSS com décadas de histórias, que apoia e dignifica aqueles que entregaram a sua vida às Artes e à Cultura, enquanto forma os mais novos nas subtilidades destes ofícios e promove junto de todos a sua importância e valências.

O seu carácter social, agregador de uma classe e de todos aqueles que escolhem, voluntariamente, apoiar esta causa é um modelo promotor de uma sociedade civil vibrante, participativa e solidária.

O teatro é uma forma de cultura riquíssima, politemática, com géneros que passam pela comédia, musicais, revistas e dramas – sempre que posso e vejo uma boa sinopse, sei que é uma ótima opção para um final de dia para espairar, pensar, rir ou debater. Desta vez, optei por ir ver “Cenas que Acontecem”, uma peça de “éxito estrondoso em França (...) de Jade-Rose Parker, nova revelação da dramaturgia francesa”. A sinopse girava à volta de um político, em plena campanha eleitoral que se via confrontado com proble-

mas domésticos – com a mulher e filha – que se prometiam desenrolar de forma hilariante. Ora, a primeira sinopse, a única disponível à data de compra dos bilhetes, para um Jovem interessado em política, é francamente apelativa – uma boa comédia, com um pano de fundo a versar sobre temas de uma campanha eleitoral – perfeito para me expor a novos pontos de vista, sentir o “pulso” num clima de eleições e, até, ouvir umas boas piadas em que, provavelmente, me enfiaria a carapuça! As minhas expectativas viram-se totalmente goradas.



**“NAS CAMPANHAS APRENDE-SE MUITO SOBRE OS TERRITÓRIOS, VAI-SE A TODO O LADO, FALA-SE COM MUITA GENTE”**

# DIGA LÁ SUA EXCELÊNCIA

ENTREVISTA

## TERESA MORAIS

**1. Voltou agora para a primeira linha da política. Quais as suas principais expectativas e o que a fez voltar?**

A minha expectativa é que a AD produza um governo competente, combativo e eficaz que inicie uma mudança profunda no país. Fizemos uma campanha eleitoral forte e genuína propondo às pessoas uma mudança segura e responsável que resolva os seus problemas. É isso mesmo que eu espero que se faça. A razão do meu regresso explica-se com um nome: Luís Montenegro. Foi o convite do Presidente do PSD, que eu entendi não ter condições para recusar, que me fez voltar. Há momentos em que não podemos ficar no sofá. E este é um deles.

**2. Como foi a experiência de encabeçar a lista da AD por Setúbal? Que lições e aprendizagens retirou desta jornada?**

A experiência foi muito boa, mas muito exigente. Trata-se de um distrito dominado pela esquerda desde o 25 de abril, em que as autarquias estão controladas, quase por igual, pela CDU e pelo PS, que ganha as legislativas com grande

margem. Portanto, a campanha teve que ser intensa, porta a porta, pessoa a pessoa, com uma abordagem serena e persistente. Considero que o resultado eleitoral da AD em Setúbal foi muito positivo, uma vez que subimos mais de 15% em número de votos, elegemos mais um deputado do que nas últimas eleições legislativas e contribuimos assim para a vitória a nível nacional. E é justo que diga que esta campanha foi compensadora também pela excelente participação da JSD que se empenhou e me acompanhou sempre, trazendo energia e boa disposição a dias sempre pesados.

Nas campanhas aprende-se muito sobre os territórios, vai-se a todo o lado, fala-se com muita gente. E desta campanha resulta claramente que o distrito de Setúbal precisa de muito investimento da nossa parte, e que o PSD tem que apostar fortemente num distrito onde o domínio da esquerda não resolveu nenhum dos problemas essenciais das pessoas: na saúde, na habitação, na segurança, na educação, na mobilidade. As pessoas estão cansadas, desiludidas com os políticos e estão cheias de razão. Nós temos que trabalhar para lhes mostrar que somos diferentes e que conseguimos governar para o bem comum.

**3. Setúbal foi um dos círculos nos quais também se registou um forte crescimento do partido Chega. Como é que podemos combater este crescimento do Chega, nomeadamente em áreas que sempre tiveram uma predominância eleitoral da esquerda?**

É verdade que o Chega cresceu generalizadamente e especialmente a sul do Tejo e esse é um enorme desafio para todas as forças políticas e também para nós, PSD. Mas, é bom lembrar que em Setúbal o crescimento do Chega não aconteceu à conta da AD que, como já disse, subiu de forma relevante. Quem perdeu deputados para o Chega foram o PS, que tem menos três deputados no distrito e a CDU que perdeu um deputado. É minha convicção que o crescimento de partidos populistas combate-se com obra feita, com a resolução dos problemas das pessoas. Os partidos radicais alimentam-se da insatisfação. O país está farto de ver arrastadas as suas dificuldades, as pessoas estão cansadas de assistir ao desbaratar dos seus impostos sem verem melhorias na sua vida diária. Se baixarmos impostos, valorizarmos pensões, resolvermos o caos no SNS, solucionarmos as questões salariais dos professores, profissionais de saúde e forças de segurança e conseguirmos criar condições para um crescimento económico reforçado, as pessoas perceberão que governamos de forma diferente e que merecemos a sua confiança. É preciso reconquistar a confiança das pessoas. E isso faz-se com trabalho.

**4. E agora, o que espera do novo ciclo político pós-eleições de 10 de março?**

Espero que o novo governo inicie de imediato as reformas de que de o país precisa e que o PS não fez durante os oito anos em que deixou degradar quer os serviços públicos, quer as instituições, que saem fragilizadas na sua credibilidade. Claro que sem uma maioria absoluta, qualquer medida que exija aprovação parlamentar vai constituir um desafio. Mas é imperativo enfrentá-lo e clarificar de quem é a responsabilidade se não se conseguirem aprovar medidas que melhorariam a vida das pessoas.

**5. O que é o que o país pode esperar de Luís Montenegro como futuro Primeiro-Ministro?**

Eu conheço o Luís Montenegro há 22 anos. Acompanhei sempre o seu percurso político e estivemos juntos em momentos cruciais. É um homem sério, inteligente, tranquilo que foi caminhando serenamente, cada vez mais preparado para cada uma das funções a que se propôs e desempenhou-as todas bem. O Luís Montenegro está profundamente empenhado em dar soluções ao país e eu espero que tenha as condições para o fazer. Será um primeiro-ministro competente, eficaz, mas sensível e sempre próximo das pessoas.

**6. No seu entendimento, quais devem ser as primeiras prioridades de um futuro Governo liderado pelo PSD?**

Essas prioridades estão, pelo menos parcialmente, identificadas com os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral. Designadamente, deve encetar-se uma negociação com as forças de segurança com o objetivo de valorizar as suas condições de trabalho. Haverá que implementar um plano de emergência na área da saúde, como foi previsto no programa da AD e considerado prioritário pelo seu líder. Será urgente resolver a questão das carreiras dos professores, o que se deverá fazer com reposição faseada do tempo de serviço e das condições de trabalho nas escolas. Haverá ainda medidas fiscais a implementar, no IRS, no IRC, e nas medidas dirigidas à compra de habitação pelos jovens. A reforma das políticas de habitação que está hoje inacessível até para a classe média é mais uma prioridade. E eu, pessoalmente, veria com muito agrado que a garantia de uma rede nacional de creches e pré-escolar gratuita fosse rapidamente implementada. É fundamental dar essa atenção às crianças e aliviar os custos e as preocupações das famílias. Mas estou convencida que ainda outras prioridades se revelarão quando o governo assumir funções porque já se percebeu que os socialistas empataram medidas relativas à execução do PPR, que poderão agora exigir uma atenção para além do que era previsível.

**7. No passado, teve responsabilidades e trabalho desenvolvido na área da igualdade de género. Em que ponto estamos e qual deve ser o caminho a seguir neste âmbito?**

Em matéria de igualdade o país evoluiu nas últimas décadas, mas não o suficiente. Aliás, até houve alguns momentos de retrocesso. Portugal desceu três posições no ranking de igualdade do Fórum Económico Mundial de 2023 e está no 18º lugar a nível europeu o que significa que, também aqui, nos falta muito para acompanhar os países mais avançados. Melhorou-se o nível da participação política das mulheres, mas elas continuam em minoria, sobretudo no universo das autarquias, onde em cada dez presidências de câmara nove são lideradas por homens. Legislou-se sobre igualdade na participação nos Conselhos de Administração das empresas, mas as mulheres continuam em minoria e desempenham, em muitos casos, funções não executivas. Legislou-se sobre igualdade salarial, há muito tempo, mas a desigualdade persiste e é inaceitável. Na luta contra a discriminação em função da orientação sexual também se progrediu, mas há muito mais a fazer na sensibilização, na prevenção e na proteção das vítimas de discriminação e de violência. Isto para citar apenas alguns indicadores. É preciso avançar com medidas ousadas, que abalem realmente as desigualdades instaladas.



**8. O que falta para garantirmos uma verdadeira igualdade salarial, como a legislação já prevê, e uma efetiva conciliação entre a vida pessoal, profissional e familiar para todas as mulheres, tendo em conta que as mulheres têm mais entraves ao seu sucesso e ascensão profissional nas empresas, organizações, política, etc.?**

Deve, em meu entender, voltar a dar-se ao tema da desigualdade salarial a centralidade que não tem tido: na sensibilização, na fiscalização, no melhoramento de instrumentos legislativos, se necessário. Não é admissível que ainda se verifique em Portugal uma desigualdade salarial média superior a 15%, que sobe bastante quando se fala de profissões mais qualificadas. Esta diferença salarial ao longo da vida resulta em pensões mais baixas e maior risco de pobreza para as mulheres. Por outro lado, estão por resolver os problemas que explicam a menor participação e disponibilidade das mulheres para muitas funções: a repartição das tarefas domésticas e de cuidado, por exemplo. As mulheres são também a esmagadora maioria das pessoas cuidadoras. Não se pode esperar que mulheres que acumulam trabalho remunerado e várias horas por dia de trabalho não pago, tenham ainda disponibilidade para se dedicarem à vida pública e ao exercício da cidadania. É preciso aliviar o peso que algumas funções ainda têm na vida das mulheres e fomentar um maior equilíbrio.

**9. O que há ainda a fazer no domínio das licenças de parentalidade pós-parto?**

Esse é um domínio onde se evoluiu de forma positiva. Há cada vez mais pais a partilharem a licença parental inicial com as mães, o que é uma boa tendência. No entanto, falta que depois, ao longo do crescimento dos filhos, mantenham a disponibilidade para dividirem equitativamente as tarefas de cuidado das crianças, desde as mais básicas e diárias, até ao acompanhamento escolar, que são ainda muito mais desempenhadas pelas mães.

**10. Continuamos com elevadíssimos números de violência doméstica. Em 2023, foram participados 30 279 crimes. Apesar do caminho já percorrido, nomeadamente do ponto de vista legal, o que é que nos falta fazer para erradicar este fenómeno que mina a nossa sociedade?**

Julgo que nos falta fazer muito: na mais intensa sensibilização, na melhor prevenção, na mais severa punição dos agressores, na proteção mais eficaz das vítimas. É preciso criar uma cultura de respeito e de não violência desde a escola. As crianças replicam comportamentos violentos quando os observam em casa e, quando jovens, agriem-se nas relações de namoro de diversas

formas e envolvem-se em relações conjugais tóxicas de onde é muito difícil sair. Ainda o ano passado a violência doméstica matou 22 pessoas, das quais 17 eram mulheres, 2 eram crianças e 3 eram homens. Há medidas de apoio às vítimas que foram descontinuadas, como sucedeu com a Rede de Municípios Solidários com as Vítimas de Violência Doméstica, destinada a garantir habitação a baixo custo a vítimas de violência doméstica em fase de autonomização, que não teve qualquer atenção dos governos do PS. E há também medidas legisladas, como a criação das Redes de Urgência de Intervenção, que serviriam para garantir uma resposta 24 horas por dia às vítimas de violência doméstica, através de um “modelo integrado de atuação urgente de âmbito territorial”, como está escrito, e que nunca saíram do papel. Nenhum governo poderá ter a pretensão de erradicar a violência doméstica porque esse objetivo não está ao seu alcance, mas pode fazer-se muito mais.

**11. Podemos esperar a Teresa Morais com alguma responsabilidade específica neste novo ciclo político?**

Podem esperar que eu cumpra com muito empenho o meu mandato de deputada, o que farei com gosto e muita proximidade com o meu distrito. Há muito trabalho a fazer em Setúbal e eu estarei a lutar pela resolução dos problemas das pessoas que me elegeram.

**12. Que conselho pode dar a uma jovem mulher que comece agora o seu percurso na política?**

Em primeiro lugar, dar-lhe-ia o conselho de não se envolver demasiado enquanto não tiver terminado a sua formação académica e assumido um caminho em termos profissionais. Interromper um percurso académico ou não chegar a desempenhar uma profissão para entrar na política é um erro que se paga caro. A política não precisa de quem dependa dela para viver. Precisa de gente profissionalmente preparada, autónoma e independente financeiramente, que entre na política por uma causa e saia, sem qualquer hesitação ou apego, quando quiser ou tiver que sair. Foi sempre este o meu conselho para a JSD que ainda muito recentemente repeti numa iniciativa da JSD de Almada. No caso de se tratar de uma mulher, que apesar de jovem, terminou a sua formação académica e tem uma profissão, dir-lhe-ia que não hesite em aceitar responsabilidades para as quais se considere preparada e nunca se minorize. O mundo está cheio de mulheres capazes que acham que não o são e de homens incompetentes que se julgam os melhores. !

**TERESA MORAIS**

**VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**





**EM PORTUGAL, A  
LEGÍTIMA PREOCUPAÇÃO  
COM A IGUALDADE  
DE CONDIÇÕES ACABA  
POR IGUALAR  
O QUE É DESIGUAL.**

**por Sérgio Guerra**  
Estratega de comunicação

**LARANJA  
MECÂNICA**

**A campanha em Portugal**



O dia era cinco de dezembro. Havia chegado a Lisboa vindo de Luanda para dar uma olhada no escritório e em casa, há seis meses esquecidos por compromissos entre Angola e Brasil. É quando encontro o Hugo Soares. Fizemos uma leitura da política portuguesa e das perspectivas para a eleição anunciada. No dia seguinte já estávamos em Espinho a conversar com o Luís Montenegro. Naquela altura, eram os acertos para as pré-campanhas municipais no Brasil que me ocupavam, mas a possibilidade de assumir este desafio tão grande, numa realidade diferente e complexa, estimulou-me profundamente. Propus desenvolver um raciocínio, materializado em um manifesto. A partir daí veríamos se havia conexão e caminho para assumir o marketing da campanha. Com o retorno positivo e pertinente do Hugo, passei a quadra festiva no Brasil a trabalhar no primeiro posicionamento estratégico.

A equipa desembarcou em Lisboa um mês após o nosso primeiro encontro, a cinco de janeiro. Estávamos ansiosos por começar a produzir, mas faltava tudo: encontrar profissionais locais, a estrutura em que trabalharíamos ou mesmo um banco de imagens para uma abordagem mais objetiva. Tudo se foi ajustando, à medida que identificávamos as dificuldades.

Já havíamos trabalhado em eleições legislativas em Cabo Verde, que – no geral – seguem os parâmetros da legislação portuguesa. Porém, há diferenças... Lá, por exemplo, as redes sociais podem ser patrocinadas a qualquer tempo e os partidos principais são apenas três, a que se junta uma força eventual; em Portugal, dos dezoito partidos concorrentes, oito têm representação parlamentar...

Percebemos, com alguma frustração, que ao contrário de outras experiências, não teríamos uma grande “vitrine” que chegasse às pessoas. As possibilidades eram mais restritas. As redes estavam limitadas a um crescimento orgânico, a partir de perfis que, como é comum na política, não são devidamente cuidados pelos partidos. Em Portugal, talvez apenas o Chega, como outras figuras de extrema-direita pelo mundo, se ocupou desta ferramenta com motivação e cuidado, já tendo um número expressivo e fiel de seguidores digitais. A soma das redes do PS e PSD não alcançava o número de seguidores do André Ventura. Seja no Facebook, Instagram, X... E isso sem falar no Tik Tok, onde os grandes partidos nem tinham perfis. No caso do Whatsapp, não tínhamos acesso aos dados dos partidos, mas podíamos presumir estar no patamar das outras redes.

E se o uso de redes já era incipiente, a maior quebra de expectativa foi saber que teríamos de dividir o tempo de antena igualmente com os dezoito partidos, na TV e na Rádio.

No Brasil, onde tenho um domínio maior da legislação em vigor, os tempos de antena ocorrem da seguinte forma: televisão e rádio gratuitos; dois programas diários, um de tarde e outro de noite, com exceção do domingo. A sequência dos partidos não muda, mas o que passou em primeiro num dia será segundo no dia seguinte, depois terceiro e, assim, sucessivamente.

Somado a estes programas diários, há um tempo ainda maior, distribuído através de spots de 30 ou 60 segundos inseridos ao longo da programação.

Os outdoors, assim como cartazes e qualquer merchandising em maior escala, são proibidos e penalizados como “abuso de poder econômico”, sujeito a perda de mandato. Também os chamados showmícios, que mobilizavam artistas e foram muito usados no passado para atrair eleitorado, hoje são proibidos, pela mesma razão.

A divisão dos tempos por cada candidatura baseia-se em dois critérios: a igualdade, com um tempo mínimo distribuído a todos os participantes; e a proporcionalidade, com um tempo concedido de acordo com o número de cadeiras ocupadas pelo partido na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional, na legislatura em vigor.

**“SINCERAMENTE, PARECE-ME UM MAU SERVIÇO À PRÓPRIA DEMOCRACIA QUE UM PARTIDO COM DEZENAS DE MILHARES DE PESSOAS REPRESENTADAS SEJA EQUIPARADO A OUTRO COM POUCAS CENTENAS DE ELEITORES.”**



Em Portugal, a legítima preocupação com a igualdade de condições acaba por igualar o que é desigual. Desconheço a lógica que leva o Estado a garantir a um partido recém-fundado e sem representação parlamentar o mesmo tempo de exposição de um partido com assento na Assembleia e com dezenas de milhares de militantes ativos.

Neste modelo, todos os partidos ficam juntos, num só bloco de quinze minutos, divididos igualmente, somente no horário das 19h, com a ordem de exibição definida por sorteio para cada dia. Esse sorteio diário, ao contrário do revezamento praticado no Brasil, hipoteticamente, pode beneficiar o mesmo candidato com os melhores espaços durante todo período de campanha.

Sinceramente, parece-me um mau serviço à própria democracia que um partido com dezenas de milhares de pessoas representadas seja equiparado a outro com poucas centenas de eleitores. Todos devem ter um direito mínimo de tempo de antena, mas os partidos são mais ou menos representativos justamente por expressão da vontade popular.

Sem o patrocínio nas redes e com a pouca exposição dos tempos de antena, a campanha fica condicionada à cobertura de imprensa e muito dependente da performance do candidato frente aos jornalistas. Se, por um lado, isso fortalece a imprensa e exige um preparo maior dos candidatos, reduzindo o espaço dos improvisadores; por outro, tira a possibilidade do partido se posicionar, trazer a sua versão dos fatos, bem como de apresentar propostas mais detalhadas e segmentadas por regiões. Pior que tudo, dá pouco espaço aos eleitores de ouvir, julgar e saber quem estão a eleger, sem a mediação da imprensa.

Talvez seja por receio do julgamento público ou pela complexidade do desafio de uma revisão geral na lei que os partidos ainda não acabaram com essa igualdade forçada nos tempos de antena. Porém, não há nada a recear: foram os eleitores a definir que partidos são mais representativos. Assim, e reconhecendo que me falta saber muito sobre a legislação em Portugal, acho que pelo menos essa contradição deveria ser corrigida. E se o todo é complexo, pode-se ir de maneira gradativa. Porque, no fundo, em choque com as virtudes do semiparlamentarismo, este tipo de campanha acaba por se concentrar no desempenho dos candidatos, num registo mais próximo do modelo presidencialista.

Deixo aqui uma provocação aos amigos da Jota e do PSD, com uma Assembleia recém-eleita, não é esse o melhor momento para corrigir essa distorção?

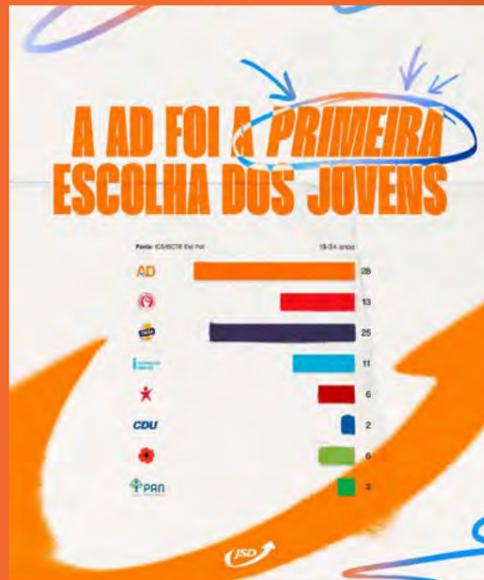
# JSD LOOK & FEED

## O QUE SE PASSA NAS NOSSAS REDES

Fica a conhecer quais os conteúdos que tiveram mais buzz este mês!



Acompanhe as nossas redes



❤️ 3269  
O post com mais interações de março

# TOP 5

Conteúdos do mês



❤️ 1667



❤️ 1371



❤️ 900



❤️ 776

10 de março

# A ESPERANÇA PARA O FUTURO VOLTOU





# ENSAIAR O FUTURO

## O OBSTÁCULO DIGITAL

Por Ema Coutinho

A democracia é o bem mais precioso da nossa sociedade. Um dos pilares mais importantes da democracia é o voto. A utilização do voto, por sua vez, reflete as vontades e desejos da população. Por essa mesma razão e pela legitimidade que acarreta, deve ser pensado e analisado todo o ato eleitoral em questão para uma decisão sensata e elevada. No entanto, nos dias correntes, várias são as influências que nos são envolvidas no ato de votar. Principalmente nós, jovens, o principal alvo da cena política de momento, temos sido bombardeados com notícias, desinformações, vídeos, propagandas, promessas eleitorais, entre outras formas menos sensatas de fazer política. É certo que todas estas influências à nossa camada existem precisamente para realizar um certo ajuste à realidade e à forma de estar da mais recente geração – a nossa. Todavia, os utensílios utilizados não são os corretos. Os vídeos de Tiktok, os discursos curtos, fáceis e emotivos carregados de adrenalinas eleitorais e partidárias, são tudo ferramentas que cativam qualquer tipo de eleitorado e que têm tudo o que é preciso para causar sucesso. A questão é, não são aquelas que nos conseguirão governar da forma correta, nem são as políticas mais verdadeiras e sérias.

Os jovens encontram-se numa era que, mais do que nunca, anseiam por obter uma voz. Anseiam para obter um espaço público e político. Anseiam por se fazer ver. Num ano, 2024, em que o número de deputados jovens na nossa Assembleia da República desceu drasticamente, é

gritante a importância de uma voz jovem nas nossas políticas e na esfera política. Conquanto, existem alturas que, a revolta e a frustração resultantes da política e da podridão do sistema, levam a que nos cedamos ao “lado mais negro”, caindo e confiando nas famosas Fake News e aos soundbites populistas que vamos ouvindo. Esta realidade acontece muito frequentemente nas camadas mais jovens revoltadas com o mundo político, como já fora dito. A par disso, a alienação da sociedade da política, as fracas políticas já estabelecidas, a incompreensão do estado do país e a imagem que a política transparece, são tudo situações que afastam os jovens da política e os fazem deixar-se levar pelas promessas populistas e fáceis ouvidas num simples canal de Youtube ou num “scroll” de Instagram ou Tiktok. Desta forma, e passando ao grande tema deste desabafo, surge um desafio que penso nos acompanhará, enquanto sociedade global, nos próximos tempos: como combater os populismos nas camadas mais jovens de forma a que se tornem imunes a este tipo de propagandas políticas. Mais do que isso, como evitar que as redes sociais continuem a ser um utensílio de populismo.

A ativação das nossas ações e reações quanto a este fenómeno – nacional e internacional – devem ser um ato-reflexo e constituir mais práticas de prevenção. Algo que não tem acontecido. Nas últimas eleições nacionais, de 10 de março, o partido que mais expõe Fake News foi o partido que mais cresceu em expressão eleitoral,

assim como aquele que melhor conseguiu compelir a camada mais jovem. Precisamente com as condutas acima evidenciadas em muitas das suas intervenções. É certo que a Era Digital é uma novidade para todos nós. A adaptação às novas plataformas, os ajustes às “novas linguagens” são tudo desafios importantes e complexos. Mas devem ser transversais a todos os políticos e a todos os partidos políticos, precisamente para o combate às fraudes e às desinformações serem batalhadas dentro de arena. Os jovens devem criar, assim, um certo mecanismo que os coloque imunes às desinformações que correm, assim como tentar filtrar os websites frequentados, principalmente no que toca à prática política. Por exemplo, se vimos um Tweet onde se afirma que partido x fez y e prometeu z, em vez de cairmos na tentação de condenar vivamente o partido x, devemos investigar, pesquisar e averiguar o que se passou e o que foi dito. Em segundo lugar e a título de exemplo, se no nosso feed aparecer um vídeo onde um indivíduo a critica o estado do país na pasta b e diz que funciona c; em vez de confiarmos, devemos analisar e ver se o estado a que o indivíduo se refere, faz jus à realidade; se fizer, ver se a medida apresentada faz sentido e se poderia ser executada, ou se se trata de mero populismo de internet. Todas estas pequenas práticas, se forem efetuadas por todos nós na maior parte do nosso tempo nas redes sociais, poderiam fazer milagres e alterar

muitos votos. Não só se erradicaria a vulnerabilidade que a nossa geração está a ter com os facilitismos, como também com as redes sociais e desinformação associada. Simultaneamente, este tipo de interações, ao diminuírem o seu número de cliques e de ‘views’, acabariam por ter um pequeno decréscimo, deixando as redes sociais de ser mecanismos de populismos partidários e eleitorais de uma forma não-benigna. Desta forma, os desafios associados ao meio político-eleitoral e às redes sociais, ainda estão longe de ver o seu diagnóstico finalizado e, ainda mais longe, de ver uma solução milagrosa. Os desafios ligados à globalização e ao mundo digital continuarão a aumentar e a serem considerados um perigo, essencialmente pela imprevisibilidade. Não só, mas principalmente numa fase eleitoral – seja em Portugal, na Espanha, França, Estados-Unidos ou Brasil –, as imprevisibilidades e as dificuldades do mundo digital têm tornado a política bem mais complexa e menos séria. É crucial que numa altura destas, possamos dar ênfase à veracidade dos factos, às políticas sérias e aos discursos verdadeiros. A política deve ser feita e vista como uma atividade digna e com credibilidade eleitoral pela sociedade civil. Que o combate por todos estes fenómenos supranacionais se torne uma premissa de todos os Estados e, quem sabe, da próxima legislatura do Parlamento Europeu.

**“AS IMPREVISIBILIDADES  
E AS DIFICULDADES DO MUNDO  
DIGITAL TÊM TORNADO  
A POLÍTICA BEM MAIS  
COMPLEXA E MENOS SÉRIA”**



# RETRATO DE UM PROUST ENQUANTO JOVEM



**Ana Leal Moreira**

Coordenadora Nacional do Gabinete do Associativismo Juvenil

**1) Almoçar todos os dias para o resto da vida com André Ventura ou com Mariana Mortágua?**

Tachos agora só com o Luís Montenegro (ainda por cima ele diz que cozinha bem).

**2) Gostaria mais de ver regressar ao PSD Isaltino Morais ou Pedro Santana Lopes?**

Entre o "mais ação" e o "comeback kid", escolheria o retorno triunfal de Pedro Santana Lopes. Afinal, quem não gosta de uma boa dose de entretenimento político?

**3) Qual o mal menor: Pedro Nuno Santos ou José Sócrates?**

Aquele que não está envolvido em escândalos de corrupção. Ah espera...

**4) Qual o melhor autarca do PSD na atualidade?**

Aquele que contribui para devolver o primado autárquico do PSD com foco na vitória das eleições autárquicas de 2025.

**5) Ser presidente do seu município em 2025 ou no próximo governo PSD ser Sub-Secretário de Estado sob tutela de um Vice-Ministro que por sua vez era tutelado por um Ministro-Adjunto?**

Preferiria ser presidente do meu município, pelo menos teria a oportunidade de executar propostas para os jovens que têm sido completamente ignoradas.

**6) Se houvesse um referendo para mudar o nome da "Ponte 25 de Abril" e as duas únicas alternativas no boletim de voto fossem "Ponte Otelo Saraiva de Carvalho" e "Ponte António de Oliveira Salazar", em qual votaria?**

Entre uma revolução e um retrocesso, votaria na "Ponte António de Oliveira Salazar", porque o passado não se esquece.

**7) Belém 2026: um ex-presidente do PSD, um ex-primeiro-ministro PSD, ou ex-presidente de um partido com o qual o PSD já esteve coligado?**

Um ex-presidente e ex-primeiro-ministro PSD, Pedro Passos Coelho.

**8) Melhor e pior líder de sempre do PSD?**

Respondo com os dois melhores: Francisco Sá Carneiro e Manuela Ferreira Leite.

**9) Melhor e pior líder de sempre da JSD?**

A JSD vai fazer 50 anos, não tem tempo para crises de meia idade, balanços ou estados de alma e só quer ver os seus filhos e netos com um futuro risonho.

**10) Votou no seu presidente da secção do PSD?**

Claro, era candidato único.

**11) Se um governo PS o convidasse para ser presidente da TAP e fazer com ela o que quisesse aceitava?**

Atualização: se um governo PSD me convidasse para ser presidente da TAP aceitaria, porque poderia dar um bom contributo à sociedade, tendo como primeira medida dar passagens aéreas de ida (sem volta) a todos os socialistas.

**12) Três deputados do PSD na AR: um para almoçar para o resto da vida todos os dias, um para partilhar casa durante um ano e um para fazer um retiro espiritual durante um mês no Tibete. Justifique.**

Para almoçar escolheria o Joaquim Miranda Sarmento porque traríamos sempre conversas interessantes para a mesa; para partilhar casa escolheria a Eva Brás Pinho pela amizade e aspetos em comum e para um retiro espiritual escolheria todo o grupo parlamentar porque irão precisar de muita calma perante o que aí vem.

**13) Olhe para o telemóvel: Qual a primeira pessoa do PSD que aparece na sua lista telefónica?**

"Atendimento" da sede do partido.

**14) Olhe para o telemóvel: Qual foi a última pessoa do PSD com quem trocou uma mensagem no Whatsapp?**

As mensagens trocadas nos grupos no Whatsapp contam?

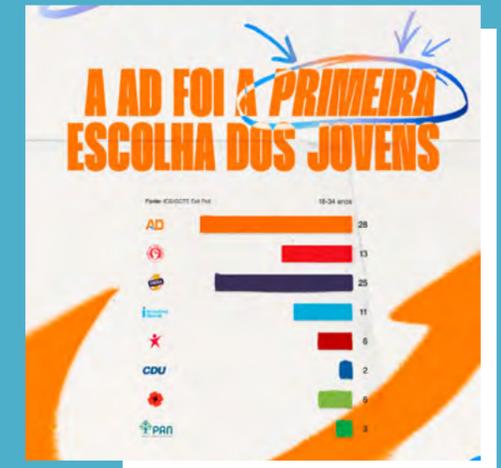
**15) Momento Mourinho: Qual a sua cadeira de sonho no PSD?**

Se eu disser qual é chamam-me já para esta legislatura?

# FAZER A DIFERENÇA

**Aliança Democrática foi a primeira escolha entre os jovens**

As últimas eleições de 10 de março representaram a vitória da AD junto dos jovens. De acordo com o estudo pós-eleitoral ICS/ISCTE, a Aliança Democrática ficou em primeiro lugar entre os eleitores com idades entre os 18 e os 34 anos. Este resultado significa a adesão dos jovens eleitores às ideias da JSD, do PSD e da AD. Em segundo lugar, ficou o partido Chega, enquanto o PS foi a 3ª escolha dos jovens com uma votação ligeiramente superior ao 4º partido, a Iniciativa Liberal.



**Novos deputados da JSD tomam posse no Parlamento**

Com as eleições do passado dia 10 de março, foram eleitos o Presidente da JSD, Alexandre Poço (Lisboa), Martim Arnaut Syder (Coimbra) e Eva Brás Pinho (Lisboa) como Deputados da JSD na Assembleia da República, tendo tomado posse neste final do mês de março. A JSD continuará a trabalhar no Parlamento, defendendo as propostas do nosso manifesto eleitoral e garantindo voz às preocupações e anseios da juventude portuguesa.

**Conselho Nacional da JSD reúne dia 7 de abril na Covilhã**

O Conselho Nacional da JSD reúne no próximo dia 7 de abril no concelho da Covilhã, distrito de Castelo Branco, para fazer a análise das eleições legislativas e da situação política, assim como, para discutir e aprovar o regulamento e cronograma do próximo Congresso Nacional da Juventude Social Democrata.



# LOJAJ



## A LOJA OFICIAL DA JSD JÁ ESTÁ ONLINE!

É verdade, todo o merchandising que estavas à procura já está disponível na nossa loja online. Mostra a tua verdadeira cor com fantásticos itens que podes comprar para ti ou para oferecer a pessoas muito especiais.



Saco de Linho #1



Saco de Linho #2

Mais produtos e mais novidades todos os meses!



Almofada de Praia



Caderno de Notas



Meias



A Democrata



Acede à nossa loja em [www.lojajsd.pt](http://www.lojajsd.pt)

# A DEMOCRATA

FAZ JUS AO SEU NOME.

É DE ABRIL, MAS É MUITO DE NOVEMBRO.

É PÚBLICO QUE É MAIS O INDEPENDENTE.

É UMA PEDRADA NO CHARCO.

USUFRUÍ DO ATREVIMENTO PRÓPRIO DA JUVENTUDE.

É QUENTE OU FRIA, NUNCA MORNA.

PREFERE SER POLÉMICA A SER CHATA.

PREFERE A INICIATIVA PRIVADA À PRIVAÇÃO  
DE LIBERDADE ECONÓMICA.

É ATLANTISTA E EUROPEÍSTA. MAS NÃO É ESTÚPIDA.

DESPREZA MOSCOVO, MAS RESPEITA O POVO.

É PLURAL. DENTRO DO POSSÍVEL.

É UMA REVISTA. O AVANTE É UM MISSAL.

NÃO É A IRMÃ MAIS NOVA DO POVO LIVRE.

É PAGA PELO PARTIDO, MAS NÃO É VENDIDA AO PARTIDO.

FICA, AS LIDERANÇAS DA JOTA PASSAM.

**É LARANJA QUE DÓI.**

TEMOS PENA.